



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

07/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mercado eleva projeção do PIB para 1,20% em 2022, mostra Focus

Após mais de um mês sem divulgação da pesquisa Focus pelo Banco Central, a projeção mediana dos economistas para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2022 saltou de 0,70% para 1,20%. Já o prognóstico de expansão de 2023 recuou de 1% para 0,76%.

O boletim parcial divulgado nesta segunda-feira (6) mostrou também que as estimativas dos analistas do mercado para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em um cenário inflacionário desafiador, passaram de 7,89% para 8,89% em 2022 e subiram de 4,10% para 4,39% em 2023. A mediana considera todas as projeções feitas nos últimos 30 dias até 3 de junho.

Considerando apenas as informações prestadas nos últimos cinco dias no sistema do BC, a mediana das estimativas dos economistas para a inflação de 2022 chega a 9% e a 4,5% no próximo ano. A projeção do PIB, por sua vez, mostra crescimento de 1,5% neste ano e de 0,47% em 2023.

O BC não divulgava a pesquisa Focus desde 2 de maio, quando interrompeu a publicação semanal devido à greve dos servidores da autoridade monetária. Os funcionários voltaram a cruzar os braços em 3 de maio por reajuste salarial de 27% e reestruturação de carreira, após trégua de duas semanas, e a paralisação segue por tempo indeterminado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 06 de junho.

Saldo líquido de emprego formal via Caged é positivo em 196.966 vagas em abril

O mercado de trabalho formal registrou a criação de 196.966 vagas com carteiras assinadas em abril, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta segunda-feira, 6, pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O resultado veio acima da mediana da pesquisa do Projeções Broadcast, de 170.328 mil novos postos de trabalho. As estimativas iam de abertura de 81.909 a 276.000.

O resultado de abril de 2022 decorreu de 1.854.557 de admissões e de 1.657.591 demissões.

No acumulado dos quatro primeiros meses de 2022, o saldo do Caged já é positivo em 770.593 vagas.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 06 de junho.

Defesa dos sindicatos cresce de 38% para 47%, mostra DataFolha

Segundo pesquisa Data Folha, publicado pela Folha de S.Paulo neste sábado (4), a percepção sobre sindicatos, que perderam influência com a reforma trabalhista de 2017, melhorou.

Naquele ano, 58% consideravam que as entidades serviam mais para fazer política do que para defender os trabalhadores.

Hoje este entendimento caiu para 50%.

Já a visão de que os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores subiu de 38% para 47%.

Para o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, “a pesquisa demonstra que mesmo com o enfraquecimento das entidades sindicais, nas mudanças ocorridas como o fim da homologação das demissões com mais de um ano de trabalho foi retirada das entidades sindicais, o fim do financiamento sindical via contribuição sindical, os acordos individuais ao invés dos acordos coletivos e convenções coletivas, as entidades sindicais mantiveram suas ações e sua luta. Agora que a realidade se impõe o trabalhador vê o quanto perdeu com a reforma”.

O dirigente sindical conclui dizendo que “os trabalhadores sentiram a necessidade dos sindicatos na defesa de seus interesses, nesse momento de crise, desemprego e queda dos salários”.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 06 de junho.

Não há combate indolor à inflação

A estabilidade de preços é essencial para sustentar o máximo nível de emprego e atividade econômica. Contudo, não existe combate à inflação sem alta relevante de taxas de juros e, portanto, sem indesejáveis efeitos colaterais: contração na atividade e aumento temporário de desemprego.

O surto inflacionário atual teve como causa choques concomitantes, decorrentes da pandemia e, agora, da guerra entre Rússia e Ucrânia. A média dos preços internacionais de commodities subiu 50% em dólares desde 2020; mais de 80% em reais. Além da inédita injeção de estímulos, que provocou desvios de demanda, tem havido interrupções de cadeias produtivas e logísticas por lockdowns e questões geopolíticas. A combinação desse descasamento entre oferta e demanda com o excesso de liquidez global e com aumento do risco nos mercados de ativos traz maior complexidade para o trabalho das autoridades monetárias.

No Brasil, o BC começou mais cedo a subir juros, porque a inflação começou a piorar mais cedo. Se, de um lado, a taxa Selic, que chegou à mínima histórica de 2% ao ano, chegará a 13,5% ao ano na nossa visão, de outro, serão 13 meses com inflação em dois dígitos. Há medidas paliativas de desoneração em itens essenciais com preços regulados (combustíveis e energia elétrica), o que eleva o risco sobre as contas públicas e, em alguns casos, sobre o ambiente de negócios. Nesse ínterim, os preços de alimentos já acumulam alta de 30% desde agosto de 2020, atacando frontalmente o poder de compra da população de baixa renda.

Se acreditarmos na atuação firme da política monetária, será possível haver recessão no Brasil a partir do fim deste ano até meados do próximo. E ainda estaremos suscetíveis aos impactos do processo incerto de desinflação global.

Contudo, a recessão será tão menos aguda e mais passageira quanto mais convencidos estivermos de que não há combate à inflação sem dor. É papel dos governos optar sabiamente por políticas que amenizem o sofrimento da parcela mais vulnerável da população, mas sem remar contra a política monetária. Evitar uma correção da inflação ainda mais custosa do ponto de vista social depende essencialmente das escolhas públicas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Ana Paula Vescovi, sábado 04 de junho.

Nova portaria altera legislação trabalhista, inspeção e relações de trabalho normas sobre registro sindical

No último dia 31 de maio, o Ministério do Trabalho e Previdência editou normas que regulamentam disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. Há, ainda, alterações relativas às novas regras para registro sindical.

Segundo a advogada trabalhista, do corpo técnico do DIAP, Zilmara Alencar, “apesar dessa publicação, as análises anteriores [feitas pelo escritório que ela está à frente], servem para expor a pretensão do ministério e para possível republicação da matéria, que deve ocorrer em breve, conforme manifestação do subsecretário de Relações do Trabalho na reunião do CNT [Conselho Nacional do Trabalho]”, explicou.

De acordo com a nova portaria, fica sem efeito a Portaria/MTP 1.255/22. A portaria publicada dia 29 de maio alterou a Portaria 671/21, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho e dispunha sobre modificações quanto a anotações por parte do empregador na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) do empregado e sobre o controle eletrônico da jornada de trabalho.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 06 de junho.

Ministro Dias Toffoli pede informações sobre reajuste dos planos de saúde para 2022

A União e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) devem prestar informações ao Supremo Tribunal Federal (STF), no prazo de cinco dias, sobre decisão que autorizou o reajuste de até 15,5% das mensalidades dos planos de saúde individuais ou familiares para 2022. O pedido foi feito pelo ministro Dias Toffoli, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 980), ajuizada pela Rede Sustentabilidade.

Em seguida, os autos da ação devem ser remetidos, sucessivamente, à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), para que se manifestem.

Na ação, o partido afirma que o reajuste seria desproporcional em relação ao histórico dos aumentos de planos de saúde individuais e cerca de 70% acima da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 07 de junho.